PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. Ronaldo Carletto)

Acrescenta art. 320-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a remuneração de professores na hipótese de assistência a alunos com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 320-A:

“Art. 320-A. O valor da remuneração hora aula será acrescido em 50% (cinquenta por cento) sempre que os professores efetivamente estiverem prestando assistência a alunos com deficiência em sala de aula.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos estabelecimentos que coloquem pessoal de apoio em sala de aula à disposição dos alunos com deficiência”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A inserção dos cidadãos com deficiência no ambiente escolar é uma necessidade e um direito fundamental a ser assegurado pelo Estado e pela sociedade. É importante, contudo, garantir condições para que os educadores possam efetivamente se dedicar às demandas que são impostas pelas limitações.

Neste sentido, vemos, com reservas, a prática que vem sendo adotada por estabelecimentos educacionais de simplesmente colocar alunos com deficiência em sala de aula, sem dar meios ao professor para desempenhar todas as atribuições que já lhes compete acrescidas das demandas que a presença de pessoa com deficiência pode acarretar.

Entendemos que o ideal é que os estabelecimentos educacionais forneçam acompanhantes ou pessoal de apoio, contudo tal medida apresenta custos que desestimulam a contratação. Assim, as escolas optam por sobrecarregar os professores em prejuízo de todos os alunos.

Acrescer à remuneração do professor um adicional para atenção ao estudante com deficiência é estimular os estabelecimentos educacionais a efetivamente pensar sobre qual a melhor alternativa para atender o corpo discente em suas necessidades de aprendizagem.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos Ilustres Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em de maio de 2015.

Deputado RONALDO CARLETTO